



AVISO DE PRIVACIDADE – SISTEMA INTEGRADO GORCEIX (SIG)

Versão:	1.0
Data da versão:	23/03/2026
Criado por:	Angélica M. S. Costa [Advogada Interna]
Aprovado por:	Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais
Confidencialidade:	Restrito

Histórico de Revisões:

Versão	Data	Descrição da Alteração	Responsável
1.0	23/03/2026	Criação do Aviso	Angélica M. S. Costa

Sumário

1. Objetivo:.....	4
2. Dados Coletados:	4
3. Finalidade do Tratamento:	4
4. Dados Pessoais Sensíveis:	4
5. Base Legal:.....	5
6. Compartilhamento de Dados:.....	5
7. Armazenamento, Retenção e Segurança:.....	5
8. Direitos do Titular:	6
8.1. Fluxo de Atendimento ao Titular:.....	6
9. Canal de Atendimento:.....	6
10. Disposições Gerais	7

Siglas e Abreviaturas

SIG	Sistema Integrado Gorceix
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)
DPO	Data Protection Officer (Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais)
ROPA	Registro de Operações de Tratamento de Dados Pessoais


1. Objetivo:

Este Aviso tem como objetivo informar, de forma clara e transparente, como a **Fundação Gorceix** realiza o tratamento de dados pessoais por meio do Sistema Integrado Gorceix (SIG), em conformidade com a legislação aplicável, especialmente a LGPD (arts. 6º e 7º).

2. Dados Coletados:

Coletamos apenas dados necessários para análise socioeconômica e acadêmica, incluindo:


- Dados pessoais (nome, CPF, contato, endereço);
- Dados acadêmicos (curso, matrícula, histórico);
- Dados familiares e socioeconômicos (renda, composição familiar);
- Dados financeiros (comprovantes, dados bancários);
- Outros dados pertinentes, como tipo de moradia e foto.

 A coleta desses dados ocorre em razão da necessidade de análise socioeconômica detalhada, **sendo limitada ao estritamente necessário para avaliação de elegibilidade a programas institucionais de concessão de benefícios**, conforme princípio da necessidade (art. 6º, III, LGPD).

3. Finalidade do Tratamento:

O tratamento dos dados pessoais tem as seguintes finalidades:

- Realização de análise socioeconômica para concessão de bolsas e benefícios;
- Gestão de cadastros e serviços disponibilizados pela Fundação;
- Atendimento aos usuários;
- Cumprimento de obrigações legais e institucionais;
- Melhoria da navegação, segurança e experiência no ambiente digital.

 O tratamento dos dados pessoais é realizado de forma compatível com as finalidades informadas, observando os princípios da **finalidade, necessidade, adequação e minimização (art. 6º, LGPD)**, sendo limitado ao mínimo indispensável para o atendimento das finalidades institucionais.


4. Dados Pessoais Sensíveis:

Quando aplicável, o tratamento poderá envolver dados pessoais sensíveis, especialmente dados de saúde eventualmente apresentados em documentação comprobatória, bem como outros dados de caráter financeiro, patrimonial e socioeconômico que, embora não necessariamente classificados como sensíveis pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), demandam proteção reforçada em razão do risco e da natureza das informações (art. 11, LGPD).

5. Base Legal:


O tratamento é fundamentado nos arts. 7º e 11 da LGPD, conforme situação:

Base Legal	Artigo	Aplicação
Consentimento do titular	7º, I	Quando aplicável
Cumprimento de obrigação legal/regulatória	7º, II	Ex.: legislação educacional
Execução de contrato ou procedimentos preliminares	7º, V	Gestão de bolsas/benefícios
Legítimo interesse da Fundação	7º, IX	Mediante teste de balanceamento

 A base legal aplicável será definida conforme a natureza da operação de tratamento, a finalidade específica e a categoria de dados envolvidos, conforme detalhamento constante do Registro de Operações de Tratamento de Dados Pessoais (ROPA) e dos procedimentos internos da Fundação.

6. Compartilhamento de Dados:

- Instituições de ensino parceiras;
- Órgãos públicos e autoridades competentes;
- Instituições financeiras;
- Prestadores de serviços e sistemas utilizados pela Fundação.


 O compartilhamento será realizado de forma **limitada ao necessário**, com a adoção de **medidas contratuais e de segurança adequadas**, em conformidade com os princípios da LGPD (art. 6º) e observância das bases legais para transferência de dados (arts. 7º e 33 a 36, LGPD).

7. Armazenamento, Retenção e Segurança:

Os dados pessoais serão armazenados pelo período necessário ao cumprimento das finalidades descritas neste Aviso, observando as obrigações legais, regulatórias e institucionais aplicáveis (arts. 15, 16 e 46, LGPD).

A Fundação Gorceix adota medidas técnicas e administrativas eficazes para proteger os dados pessoais (art. 46, LGPD), incluindo:

- Controle de acesso;
- Monitoramento contínuo;
- Prevenção de incidentes de segurança.

 Após o término do tratamento, os dados serão eliminados ou anonimizados sempre que possível, ressalvadas as hipóteses legais (art. 16, LGPD).

8. Direitos do Titular:

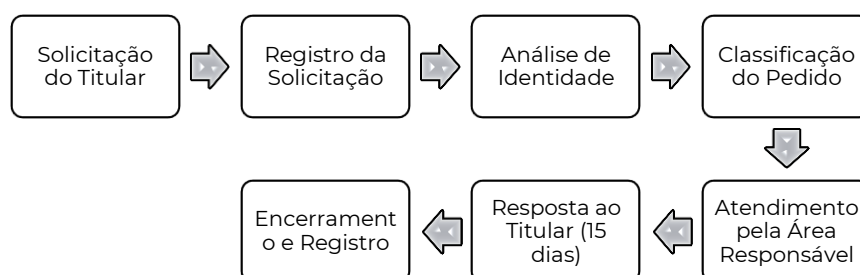
O titular dos dados pessoais poderá exercer seus direitos conforme previsto no art. 18 da LGPD, dentre os quais:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos ou desatualizados;
- Eliminação, anonimização ou bloqueio de dados;
- Revogação do consentimento;
- Informação sobre compartilhamento de dados.

⚠ O exercício desses direitos poderá ser realizado por meio do canal de atendimento disponibilizado pela Fundação.

8.1. Fluxo de Atendimento ao Titular:

As solicitações dos titulares serão recebidas, analisadas e respondidas conforme fluxo interno apresentado abaixo, com validação da identidade e encaminhamento à área responsável, observados os prazos legais aplicáveis (art. 19, LGPD).



⚠ Os pedidos de confirmação de tratamento e acesso aos dados poderão ser atendidos de forma imediata, em formato simplificado, ou no prazo de até 15 (quinze) dias, nos termos da LGPD.


9. Canal de Atendimento:

Para dúvidas ou solicitações:

Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO):

Angélica Maria dos Santos Costa

 lgpd.adm@gorceix.org.br

 (31) 3559-7142

10. Disposições Gerais

A disponibilização dos dados pessoais é condição necessária para análise e concessão de benefícios institucionais, podendo a ausência de informações inviabilizar a participação nos programas.

Este Aviso poderá ser atualizado a qualquer momento (art. 50, LGPD).